

*Kwame Anthony Appiah*

NA CASA DE MEU PAI  
A África na filosofia da cultura

Tradução  
*Vera Ribeiro*

Revisão de tradução  
*Fernando Rosa Ribeiro*

Doutor em Antropologia pela Universidade de Utrecht, Países Baixos  
Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos das Faculdades Cândido Mendes  
Professor-visitante do Museu Nacional da UFRJ

LIVRARIA  
**DAZIBAO**

CONTRAPONTO

## Estados alterados

*Aban begu a, efiri yam.  
Se o Estado cair, será da barriga.<sup>1</sup>*

Quando eu era menino em Achanti, havia, suponho, apenas cerca de um milhão de nós, e logo haveria dez milhões de ganeses; mas sabíamos que Koumassi, a segunda maior cidade do país (construída, dizia meu pai, como Roma, como inúmeras grandes cidades, em sete colinas), tinha uma história mais longa e mais nobre que a da capital, Acra. Koumassi era um lugar orgulhoso, movimentado e atarefado, uma cidade de parques deslumbrantes e arredores floridos; as pessoas de toda a Costa Ocidental a conheciam como a capital de nosso famoso reino, como a “cidade-jardim da África Ocidental”. Cresci sabendo que eu morava em Achanti e que o Asantehene\* era nosso rei. Também cresci cantando entusiasticamente o hino nacional ganês — “Erguei bem alto a bandeira de Gana” — e sabendo que Nkrumah era, de início, nosso primeiro-ministro, e depois, nosso presidente. Quando menino, não me ocorria que o “nós”, do qual esse “nosso” era o possessivo, era fluido, ambíguo e obscuro.

Eu sabia que meu pai era e fazia questão de ser um achanti, e que era e fazia questão de ser um nacionalista ganês: orgulhoso de seu papel na luta por nossa independência da Grã-Bretanha, mas empenhado, não obstante, em que aprendêssemos inglês — não como o idioma do colonizador, mas como a língua unificadora de nossa nação nova e poliglota. Não me ocorria — nunca ocorreu a ele — que essas identidades pudessem estar em conflito, embora tenha ocorrido a outros (muitos deles, jornalistas da Europa e da América do Norte) dizer isso a seu respeito, quando ele se ligou à oposição a seu velho amigo Nkrumah e ingressou no primeiro parlamento independente de Gana pelo United Party [Partido Unido], ao lado de J. B. Danquah e Kofi Busia; e isso também ocorreu a

\* Asante é uma forma mais antiga e arcaica de Achanti, encontrada em textos coloniais. (N. da T.)

muita gente de Achanti quando ele deixou de se ligar ao Progress Party [Partido Progressista] de Busia, na ocasião em que este chegou ao poder, por sua vez, passados um golpe de Estado e umas duas constituições, na época em que eu era adolescente. Cresci sabendo que éramos nacionalistas ganeses e que éramos achantis.

Também cresci acreditando na democracia constitucionalista, ou, para dizê-lo em termos mais exatos, acreditando que o que essas palavras representavam era importante. Quando meu pai e seus amigos foram presos por Kwame Nkrumah no começo dos anos 60, eu era jovem demais para pensar nisso como outra coisa além de uma tragédia familiar; quando eles foram soltos, entretanto, eu sabia que a proibição da oposição legal em 1960 fora um golpe contra a democracia, que naturalmente levava ao aprisionamento dos que discordavam de nosso presidente e daqueles a quem meu pai chamava “parasitas embaixcados” ao redor dele, e que todo esse mal havia começado com o fim da democracia eleitoral pluripartidária. Eu também sabia, é claro, que devíamos respeito aos chefes de Achanti (e, a rigor, de outras regiões de Gana), e que o papel deles no controle da distribuição de terras e na resolução das disputas familiares era uma parte essencial da vida. Cresci sabendo que éramos democratas e que respeitávamos a instituição da chefia.

E, quando já tinha idade suficiente para ser *a favor* da democracia, eu sabia que éramos também *favoráveis* ao desenvolvimento e à modernização; que isso significava estradas, hospitais e escolas (em oposição às trilhas pela mata, aos amuletos e à ignorância), cidades (em oposição à pasmeceira da vida rural), dinheiro e salários (em oposição ao escambo e à produção doméstica). Não considerávamos, é claro, que isso excluísse a oferta apropriada de libações aos ancestrais, nem as práticas complexas e multifacetadas dos funerais achantis. Se era preciso usar um jaleco branco para ser médico, nem por isso tinha-se que abandonar o *ntoma*, o pano em estilo de toga que meu pai usava quase sempre no mundo externo ao hospital. Para dizê-lo num lema: cresci acreditando no desenvolvimento e na preservação do que havia de melhor em nossa herança cultural.

Duvido que essas experiências fossem incomuns na situação (um tanto incommum em si, admito) de uma pessoa jovem que crescesse mais ou menos na época da independência, na África sub-saariana, na casa de profissionais de nível superior.<sup>2</sup> Todavia, é bastante natural que, olhando da Europa ou da América do Norte para a história política dos Estados africanos ao sul do Saara a partir da independência, uma pessoa considere incoerente esse agregado de crenças e compromissos. Talvez seja possível combinar fidelidades etno-regionais e nacionais (afro-americanos e sulistas nos Estados Unidos; galeses ou nortistas na Grã-Bretanha; ou, quem sabe de modo mais controverso, os quebequianos no Canadá); talvez seja até possível (com uma teoria constitucional suficiente para

disfarçar os problemas) combinar a deferência social ante uma aristocracia hereditária com uma forma de democracia, como na Grã-Bretanha; talvez o pós-modernismo no campo da cultura expressiva nos dê motivos de ceticismo acerca da modernização e do desenvolvimento, concebidos como incompatíveis com os costumes populares mais antigos. Mas, no Ocidente industrializado, penso eu, poucos hão de ter conseguido prosseguir, tão jovialmente quanto o fizemos nós, na ignorância daquilo que, no mínimo, deve ser admitido como as tensões existentes aqui, mesmo que elas não equivalham a francas contradições.

Evidentemente, Gana e eu fomos ficando pouco à vontade com todas essas crenças da infância. No entanto, olhando agora para trás, consigo discernir um certo padrão nessas adesões pareadas, tão desajeitadamente unidas: Gana e Achanti; desenvolvimento e herança; democracia e chefia; e é um padrão que faz um certo sentido. É que, embora não o formulássemos dessa maneira enquanto eu crescia, creio podermos dizer que, em cada um dos casos, o primeiro membro de cada par era algo que considerávamos como sendo da alçada da esfera do Estado, problema do governo da capital, Acra; já o segundo pertencia a uma esfera que todos podíamos chamar de sociedade.

Contudo, esse modo de pensar deixa inúmeros pontos obscuros. Na teoria política ocidental, o Estado é naturalmente caracterizado em termos que, mais uma vez, é comum fazermos remontar a Weber: onde existe um Estado, o governo reivindica a autoridade suprema sobre um espaço territorial e o direito de respaldar essa autoridade com a força coercitiva. Os impostos e o alistamento não são voluntários; o direito criminal não é um código optativo. A prisão, o açoite e as galés dão esteio ao poder do Estado. A esfera da sociedade, em contraste, embora igualmente exigente, é unida por convicções éticas, laços de afeição e mundos compartilhados de significações. Correlacionadas — mas, infelizmente para a conveniência teórica, apenas grosseiramente correlacionadas — com essas distinções entre o Estado e a sociedade existem outras: entre a lei e os costumes, a vida pública e privada, as obrigações de cidadania e o mundo mais eletivo da reciprocidade comunitária. Em nossas teorias, talvez imaginemos um Estado em que apenas o governo seja sistematicamente coercitivo — e somente em questões de interesse público; em que a afeição pessoal, a região e a etnicidade não desempenhem nenhum papel na atribuição e na execução das funções estatais; onde, numa fórmula, as carreiras sejam acessíveis ao talento. Mas, há uma moeda comum ao Estado e à sociedade assim concebidos: trata-se da economia. Seja qual for a extensão do envolvimento estatal na economia (e o colapso do império soviético e de seu modelo de economia gerida pelo Estado não deve levar-nos a perder de vista a centralidade deste último em todas as economias em funcionamento no mundo moderno), sempre haverá o bastante em jogo nas operações do Estado moderno, em termos econômicos, para que nossos impulsos sociais — o apelo da sociedade — penetrem inextricavelmente

nas operações de governo. Embora as relações sociais e as relações de família nem sempre possam ser compradas e vendidas, mesmo na mais íntima das relações domésticas o dinheiro tem sua serventia; e, na esfera estatal, as relações sociais — família, etnicidade, fidelidades regionais, clubes, sociedades e associações — fornecem a matéria-prima das alianças.

Nos Estados Unidos (bem como na Europa), esse é um fato por demais conhecido: os interesses econômicos, as afiliações étnicas e as alianças regionais lutam juntos por moldar as operações do Estado. Na Europa e na América do Norte, com algumas exceções poderosamente importantes (na Irlanda e no País Basco, na Lituânia “soviética” ou em Porto Rico), há um consenso esmagador de que é legítimo que o Estado reivindique o monopólio da coerção e, como resultado, ele vigora amplamente. Mesmo nos casos em que algumas das injunções específicas do Estado não são respaldadas por esse consenso ético, esse fato, de modo geral, não ameaça suas outras reivindicações. Convém lembrar que, em muitas cidades e estados norte-americanos, uma das maiores indústrias é a indústria da droga, cada uma de cujas etapas, desde a produção até a distribuição e consumo, é ilegal. Tal como as chamadas economias paralelas da África, ela envolve funcionários estatais, inclusive policiais; acarreta suborno e corrupção de autoridades; mobiliza lealdades étnicas e de família; e depende da existência de subculturas cujas normas simplesmente não se enquadram nas normas legais enunciadas no direito e nos pronunciamentos das autoridades. Apesar disso, a maioria dos norte-americanos que utilizam e comercializam drogas — e que, portanto, questionam uma norma central do governo do país — não questiona sua lealdade aos Estados Unidos.

Em Gana, porém (como no resto da África sub-saariana), há mais uma coisa acontecendo. Em Gana, por um curto período antes e depois da independência, é bem possível que seja verdade que muitos cidadãos urbanos letrados (e alguns outros) tenham compartilhado uma lealdade comum ao Estado ganês. No auge do nacionalismo pós-independência, muitos de nós tínhamos em comum o sentimento da significação de Gana, pois sabia-se com clareza *contra* o que nos colocávamos — nominalmente, contra o imperialismo britânico; mesmo nessa ocasião, porém, na cabeça de muitas pessoas, Achanti tinha direitos legítimos (ao menos em certos campos) à obediência. E uma distinção formalista entre a lei, teoricamente aplicável pelo poder policial do Estado, e os costumes, não mais habilitados a coagir em esferas em que o direito detinha a soberania técnica, em nada ajudaria a explicar como tudo isso se afigurava para *nós*.

Aliás, tampouco nos seria de grande serventia uma distinção entre uma vida privada étnica e uma vida pública nacional. As comemorações públicas em Gana sempre implicaram o cerimonial da chefia e, inversamente, os chefes tribais e os chefes de família, cujas concepções de obrigação não se enquadram no Estado moderno, continuam a reivindicar uma legitimidade real e a exercer

um poder substancial nas questões de casamento, herança e criação dos filhos, e, através de todas elas, da riqueza.

Todavia, por algum tempo, como eu disse — enquanto estávamos todos entusiasmados com a independência nacional e Nkrumah criou o primeiro (e último) partido de massa em Gana, o Convention People's Party [Partido da Convenção Popular, PCP], que envolvia organizações de mulheres negociantes e de “*verandah boys*”<sup>\*</sup> da primeira geração de alfabetizados, produtos da ampliação do sistema de ensino primário e secundário —, nenhuma dessas complicações conseguiu diminuir nosso entusiasmo. Mas o “nós”, nesse caso, era de fato bastante limitado. O apoio eleitoral a Nkrumah nas eleições pré-independência de Gana, em 1957, equivaleu a uma maioria de 57% dos 50% da população habilitados a votar, e talvez tenha atingido 18% da população adulta.<sup>3</sup> Nossa visão de Nkrumah é, em parte, uma daquelas ilusões típicas da modernidade: o Osa-gyefo\*\* Dr. Kwame Nkrumah, o “Redentor”, o organizador de comícios, o orador público carismático, o estadista internacional — e até mesmo Nkrumah, o tirano cego — foi uma criação da mídia moderna, e todos esses papéis encaixavam-se com facilidade em nossas narrativas; não víamos os milhões de pessoas (especialmente longe da costa) para quem ele era quase tão misterioso quanto o governador colonial que o precedera. (Ainda me lembro vividamente de um vigia aposentado que trabalhara muito tempo para patrões coloniais, e que nos visitava anualmente no Natal, durante grande parte de minha infância, para perguntar por calendários com fotos da rainha britânica. Em sua opinião, estava claro, a independência fora um erro.) Em 1966, quando o primeiro de nossos muitos golpes pós-independência exilou Nkrumah, o entusiasmo real que um dia existira, ainda que limitado, tinha-se evaporado; as complicações começaram a reter nossa atenção. Quando Jerry Rawlings chegou ao poder, num golpe subsequente à nossa terceira constituição civil (por sua vez, uma criação dele), em 1981, sua retórica nacionalista e a ressurreição do nkrumahismo geraram entusiasmo, sobretudo entre os estudantes, que não tinham assistido a tudo isso antes. O cinismo em relação ao Estado e sua retórica estava na ordem do dia. É instrutivo refletir sobre os processos dessa desilusão.

Primeiro, contudo, devemos reconhecer como é surpreendente que sequer tenha havido algum momento de “nacionalismo”. O Estado que herdou Gana dos britânicos parecia-se com a maioria das cerca de duas vintenas de Estados

\* Os *verandah boys* podem ser encontrados um pouco por toda a África. São garotos que permanecem nas varandas, do lado de fora das casas, esperando pequenos trabalhos que lhes rendam alguma comissão. (N. da T.)

\*\* Palavra *twi*, principal língua dos akan, que habitam as regiões central e meridional de Gana. Pode ser traduzida por “libertador”, ou “salvador”. (N. da T.)

do Doc. e // estar forte no Colômbia

sub-saarianos da África pós-colonial. Tinha uma gama bastante ampla de culturas e línguas dentro de suas fronteiras (apesar de boa parte da Gana moderna ter estado, numa ou noutra época, sob a esfera hegemônica do império achanti). Havia, por exemplo, o próprio estado achanti, burocrático e relativamente centralizado, juntamente com vários outros estados akan de menor tamanho e poder (tendo, no caso de Akuapim, uma expressiva etnicidade subordinada de língua guan); havia ainda, no sudeste, os povos de língua ewe, muito menos centralizados, cujos dialetos nem sempre eram fáceis de entender mutuamente e cuja separação dos outros falantes de ewe, em Togo, foi um artifício da divisão das possessões coloniais da Alemanha no fim da Primeira Guerra Mundial; havia os ga-adangbe, significativamente urbanizados, que dominavam a região da capital; e havia uma miscelânea de pequenos clãs e sociedades acéfalas no que nós, em Koumassi, chamávamos de “o norte”.

Em alguns casos de outras partes da África negra — Somália, Lesoto, Suazilândia —, os novos Estados nacionais correspondiam a sociedades pré-coloniais de uma só língua e, em se tratando dos dois últimos, o moderno Estado nacional surgiu de uma monarquia pré-colonial.<sup>4</sup> Em quase todos os lugares, entretanto, os novos Estados reuniram povos que falavam línguas diferentes, tinham tradições religiosas e noções de propriedade diferentes e, em termos políticos (e sobretudo hierárquicos), tinham graus diferentes de integração — muitas vezes, radicalmente diversos. No fim da descolonização européia — quando mais de 80% da população da África negra encontrava-se nos dez maiores países africanos ao sul do Saara e 2% estavam nos dez menores —, nem mesmo os Estados com as populações mais diminutas, de modo geral, eram etnicamente homogêneos.

Gana também tinha uma ecologia diversificada, que ia das savanas costeiras (economicamente integradas à economia mundial por quatro séculos de comércio marítimo), passando por um cinturão florestal relativamente rico (em decorrência de quase um século de produção de cacau), até as savanas e os trópicos semi-áridos das regiões do norte e das terras altas, estendendo-se até o Alto Volta (atual Burkina Faso) e a orla sul do Saara. Também ali, o país se assemelhava a muitos dos Estados anglófonos e francófonos do litoral oeste africano; muitos Estados da África Oriental — Quênia, Uganda, Malawi — são igualmente diversificados em termos econômicos e ecológicos.

A partir de todas essas culturas, economias e ecologias variadas, quatro nações européias — Grã-Bretanha, França, Portugal e Bélgica — construíram a geografia nacional da África contemporânea. (A Espanha nunca teve grande importância; a Alemanha perdeu suas possessões africanas depois da Primeira Guerra Mundial; após a Segunda Guerra Mundial, a Itália deixou de participar do jogo.) Em Gana, como em quase todos os outros países, a língua colonial continuou a ser a língua de governo depois da independência, pela razão óbvia

de que a escolha de qualquer outra língua nativa teria favorecido um único grupo lingüístico. (Até mesmo a Somália, basicamente monolíngüe, como assinala no capítulo 1, levou algum tempo para vir a utilizar o somali.)

A história da Europa metropolitana no último século e meio foi a da luta para estabelecer a condição de Estado para as nacionalidades. Mas, na independência, a mesma Europa deixou a África com Estados à procura de nações. Uma vez passado o momento de coesão contra os britânicos (um momento cujo significado foi maior para aqueles dentre nós — geralmente nas cidades — que tivéramos maior experiência com os colonizadores), o registro simbólico da união nacional confrontou-se com a realidade de nossas diferenças.

Como pôde o nacionalismo de Nkrumah ignorar a realidade de nossa diversidade? Em parte, creio, foi porque, no nível do simbolismo, ele foi curiosamente desvinculado do Estado ganês. Os entusiasmos nacionalistas de Nkrumah eram notoriamente pan-africanistas. No capítulo 1, citei um discurso feito por Nkrumah na Libéria em 1952: “A África para os africanos! (...) Queremos poder governar-nos neste nosso país sem interferência externa. (...)”<sup>5</sup> Para ele, era natural falar do “nosso” país em qualquer lugar da África (negra). No plano da generalidade em que os africanos se opõem aos europeus, é fácil nos convencer-mos de que temos semelhanças: a maioria de “nós” é negra, a maioria “deles” é branca; somos ex-súditos, eles são ex-senhores; somos ou éramos “tradicionais” até recentemente, eles são “modernos”; somos “comunitaristas”, eles são “individualistas”, e assim por diante. O fato de essas observações, em sua maioria, não serem muito verdadeiras nem muito claras não as impede de serem mobilizadas para estabelecer diferenças, em parte porque, no final das contas, quase todos “eles” são muito ricos, e a maioria de “nós” é muito pobre. Somente nos países mais ricos da África negra ao sul do Saara é que o PIB médio anual *per capita* ultrapassou mil dólares (o Gabão, com sua população reduzida, seu petróleo e suas ricas reservas minerais, encabeça a lista, com cerca de 3 mil dólares em 1988). Mais características são as poucas centenas de dólares *per capita* do PIB do Senegal, Gana, Quênia e Zâmbia.

Uma parte importante do atrativo de Nkrumah, portanto, é que ele foi central para a fundação da Organização da Unidade Africana, representou a África no Movimento dos Países Não-Alinhados e na Organização das Nações Unidas, e se preocupou, coerente e publicamente, com a completa libertação africana do jugo colonial. Orgulharmo-nos de ser ganeses, para muitos de nós, ligava-se ao que Nkrumah estava fazendo, não por Gana, mas pela África. E não é grande surpresa que, à medida que prosseguiu a descolonização e que Gana, parcialmente empobrecida pelas aventuras internacionais de Nkrumah, tornou-se um personagem menos importante no cenário africano, o Estado pós-Nkrumah só tenha conseguido apelar com êxito cada vez menor para seu registro nacionalista.

Como os herdeiros do Estado pós-colonial que se seguiram a ele em nossa parte da África, Nkrumah tinha grandes ambições para esse Estado; e elas foram moldadas, em parte, pela experiência específica de Gana com o colonialismo. Conquanto a pluralidade cultural ganesa fosse típica dos novos Estados, a forma de colonialismo que o país conhecera não era encontrada em todos os lugares.

Samir Amin, um eminente economista político africano e diretor do Fórum do Terceiro Mundo em Dakar, no Senegal, fez uma útil classificação das experiências coloniais da África sub-saariana, dividindo-as em três grandes categorias. Os países como Gana pertencem à “África da economia comercial colonial”, onde o tráfico negreiro esteve no cerne da integração inicial à economia mundial, as reservas minerais conhecidas não eram substanciais durante a era colonial, e os produtos agrícolas tropicais — cacau, óleo de palma, café — eram a base de uma economia agrícola voltada para a exportação. A Nigéria, talvez com 1/4 da população da África negra, é o mais importante desses Estados. Na África central francófona — Gabão, República Centro-Africana, Congo e Zaire — fica “a África das empresas concessionárias”, criação da França e da Bélgica. Ali, as pequenas populações e um clima e ecologia difíceis fazem da agricultura tropical da África Ocidental uma proposta duvidosa: as empresas concessionárias que trabalham com madeira, borracha e marfim praticaram uma forma brutal de exploração, investindo o mínimo possível e, como resultado, deixando de criar excedentes locais e não oferecendo quase nada em termos de educação ocidental. (Por ocasião da independência, em 1960, havia apenas três africanos entre os 4.700 principais servidores públicos do Zaire.<sup>6</sup>) A última esfera colonial é “a África das reservas de mão-de-obra” — que inclui todas as economias baseadas em *plantations* e controladas por colonos brancos [*settlers*] da Tangânica alemã, do Quênia e da Rodésia, bem como a totalidade da África ao sul do Zaire, onde a economia colonial foi dominada pela mineração. Nessas áreas, as sociedades foram radicalmente desintegradas pela instituição de uma nova migração, maciça e nem sempre voluntária, para as minas e plantações.<sup>7</sup>

Na África da economia mercantil colonial, o cultivo comercial de produtos agrícolas tropicais ocupou o centro da economia — no nosso caso, o importante era o cacau — e transformou o financiamento do governo numa questão de apropriação do excedente da agricultura. Influenciado por idéias de planejamento defendidas, na época, por economistas desenvolvimentistas tanto de orientação liberal como socialista, Nkrumah usou a máquina de uma Câmara de Comércio do Cacau [Cocoa Marketing Board], de âmbito nacional (originalmente, uma concepção dos colonizadores), com o monopólio legal da compra e comercialização e com uma grande divisão de ampliação agrícola, para supervisionar a extração estatal de dinheiro da economia cacauzeira. A produção não era nacionalizada; a comercialização (e portanto, o acesso ao valor da mercadoria em divisas estrangeiras), sim. Na teoria, o excedente gerado por esse

monopólio deveria ser usado para financiar o desenvolvimento; na prática, ia para as cidades. Como fonte predominante dos lucros financeiros de nossa economia, a Câmara de Comércio do Cacau e o Estado que a “possuía” — ou seja, todos os políticos e burocratas que detinham algum tipo de influência — eram focos privilegiados de enriquecimento. Noutros sistemas de economia política, sugeriram-se diferentes métodos de financiamento do Estado, muitas vezes surtindo praticamente o mesmo efeito.

Entretanto, apesar das variações da economia política do imperialismo, os sistemas coloniais compartilhavam um conjunto fundamental de pressupostos estruturais: em cada esfera, o interesse econômico dominante achava-se no centro da atenção metropolitana, e todas as colônias foram supostamente autônomas em termos econômicos até depois da Segunda Guerra Mundial, o que incluiu o financiamento de seus próprios governos. Como resultado, já que aproximadamente metade da receita dos governos coloniais fora gasta na remuneração de burocratas expatriados, e mais 1/6 fora destinado ao pagamento de empréstimos levantados para cobrir gastos de capital, muitos dos quais beneficiavam mais o controle do que o desenvolvimento, restava pouco para investir em capital humano — através da educação, da saúde e dos serviços sociais. À parte a manutenção de uma ordem econômica e política em que pudessem desenvolver-se a agricultura tropical, as reservas de mão-de-obra ou as concessões, a administração colonial tinha interesses muito limitados. Como observou um estudo recente,

os órgãos formais transferidos para as mãos dos africanos eram (...) de derivação estrangeira, funcionalmente concebidos, burocraticamente planejados, de natureza autoritária e primordialmente interessados nas questões de dominação, e não de legitimidade.<sup>8</sup>

Os Estados coloniais foram criados para elevar — e não para gastar — as receitas de governo. Em 1960, apenas um em cada seis adultos da África era alfabetizado; nas possessões belgas e portuguesas, praticamente ninguém tinha diploma universitário.

Em vista das metas restritas do sistema de governo colonial, talvez não surpreenda saber quão poucos foram os administradores estrangeiros, os colonialistas, necessários para manter essa hegemonia colonial de curta duração. Assim como os britânicos haviam “governado” o subcontinente indiano através de um *Indian Civil Service*\* com menos de mil funcionários britânicos, também os servidores públicos coloniais britânicos, franceses e portugueses eram maciçamente superados em número pelas populações de que supostamente deveriam encarregar-se. Os exércitos e as forças policiais que mantinham a paz

\* Instituição formada por funcionários ingleses que serviam na Índia. (N. da T.)

nas colônias tinham um oficialato europeu, mas seu efetivo compunha-se de súditos africanos.

A aparente simplicidade da administração colonial gerou nos herdeiros das nações pós-coloniais a ilusão de que o controle do Estado lhes permitiria, com a mesma facilidade, lograr seus objetivos muito mais ambiciosos. “Busquem primeiro o domínio político”, fora a célebre exortação de Nkrumah. Só que esse domínio fora concebido para administrar objetivos restritos. Quando se voltou para as tarefas de um desenvolvimento maciço da infra-estrutura — para a construção de estradas e diques, escolas e prédios governamentais —, bem como para o ensino primário universal e a imensa ampliação dos serviços de saúde e de expansão agrícola, ele se revelou aquém da tarefa. Ao herdarem o aparelho de Estado colonial, os governantes pós-coloniais herdaram as rédeas do poder; poucos repararam, no princípio, que elas não estavam ligadas a um bocal de freio.

Uma das razões disso, é claro, estava em que planejar e dirigir uma economia exigem não apenas vontade, mas conhecimento. E o planejamento econômico na África sub-saariana teve que se apoiar em modestíssimas bases estatísticas. Uma segunda razão crucial foram exatamente as lealdades etno-regionais pelas quais comecei.

Muitas vezes, estas não eram especialmente antigas, o que é importante assinalar, mas amiúde produto — segundo os aspectos que discuti e que pretendo finalmente retomar no capítulo 9 — de reações às experiências coloniais e pós-coloniais. Quando pessoas de culturas correlatas, falando línguas semelhantes, chegaram às aldeias e cidades coloniais; quando ouviram programas de rádio transmitidos num dialeto relacionado com o seu, e quando se aperceberam de que havia outras partes de seus países em que as pessoas tinham práticas diferentes, um antigo e vago corpo de práticas culturais comuns foi freqüentemente transformado numa nova etnicidade atuante. Assim, em muitos locais, identidades etno-regionais recém-organizadas tornaram-se extremamente poderosas. Esse, no entanto, foi outro aspecto em que as diferenças da experiência colonial tiveram importância. É que os governos coloniais britânicos e franceses foram norteados por teorias de império muito diversas; e, embora as afiliações etno-regionais sejam centrais em toda a linha divisória anglófono-francófono, um dos resultados dessas teorias distintas foi uma diferença, não tanto na importância da etnicidade — ela é crucial por toda parte —, mas no papel que ela desempenhou no Estado pós-colonial.

A administração indireta britânica mantinha “governos autóctones”, numa tentativa de regulamentar os interesses limitados que os Estados coloniais tinham nos impostos e na ordem, através da utilização das estruturas dos Estados pré-coloniais existentes. Na medida do possível, e com a ajuda de antropó-

logos oficiais das colônias, faziam-se tentativas de compreender o que passou a ser chamado de “direito consuetudinário”, e de permitir que as elites tradicionais fizessem vigor os costumes — no casamento e nos direitos à posse da terra, por exemplo — que fossem (aproximadamente) compatíveis com as práticas tradicionais britânicas. Buganda — o reino, situado no coração da moderna Uganda, que deu à nova república sua capital — e os Estados nortistas muçulmanos da Nigéria eram compatíveis, como Achanti, com a visão monárquica dos servidores públicos ingleses, entre os quais foram recrutados os funcionários coloniais que inventaram a política colonial britânica na África. (Onde não havia governantes tradicionais para apoiar, como entre os povos de língua igbo na Nigéria Oriental, as autoridades coloniais procuraram inventar uma forma de “sistema de chefia”).

O resultado dessa política, é claro, foi que, especialmente nos lugares onde havia sólidas estruturas estatais pré-coloniais servindo de base — como Achanti, em Gana, Buganda, em Uganda, ou nos estados islâmicos do Norte da Nigéria —, muitas elites locais não ficaram nada satisfeitas, por ocasião da independência, em se submeter aos impulsos centralizadores dos Estados independentes. Esse processo ajudou a produzir na Nigéria, por exemplo, as vigorosas forças centrípetas que deram origem à Guerra Civil Nigeriana do fim dos anos 60. O que começara como um *pogrom* contra os mercadores igbos do Norte da Nigéria levou, primeiro, à secessão dos igbos, e depois, a uma guerra civil em que o povo iorubano alinhou-se com o Norte para “salvar a União”.

Também em Gana, nas ocasiões em que tivemos eleições civis no período posterior a Nkrumah, os partidos costumavam aparecer com rótulos “tribais”, rótulos cuja força pouco tinha a ver com as intenções propaladas de seus líderes. Certamente, o reino achanti em que cresci foi uma fonte de resistência à visão que Nkrumah tinha da nação. O partido que passou a concentrar a oposição parlamentar a Nkrumah no fim dos anos 50, nos primeiros anos depois da independência, foi o United Party [Partido da União], cujos fundadores e cuja base eleitoral estavam solidamente estabelecidos em Achanti. Por força da associação da oposição anti-Nkrumah com Achanti, em particular, e com a esfera mais ampla das sociedades akan em geral, o Progress Party [Partido Progressista] de Busia, na eleição de 1969, foi visto como achanti; a oposição a Busia, a National Alliance of Liberals [Aliança Nacional dos Liberais], de Gbedemah, era ewe (pelo menos aos olhos dos achantis), pois Gbedemah o era. Até o minúsculo United Nationalist Party [Partido Nacionalista Unido], fundado por meu pai na segunda república e conhecido por seu lema akan “*Abaa base*”, passou a ser identificado com o povo ga e com a capital. Viajando nos transportes coletivos das áreas akans de Gana nos anos 80, podia-se ouvir (caso se entendesse o twi, língua da maioria dos povos akans de Gana<sup>9</sup>) discussões em que o atual governo de Jerry Rawlings, cuja mãe era ewe, era tratado

como um instrumento da dominação ewe (acusação que soa pouco mais sensata do que a afirmação de que ele representaria a dominação da Escócia, através de seu pai).

O projeto colonial francês, em contraste com o britânico, acarretou a evolução dos africanos francófonos; sua meta era produzir uma elite francófona mais homogênea. As escolas não lecionavam nas línguas “nativas”, e os franceses não concediam poderes substanciais a governos pré-coloniais reformulados. Poder-se-ia supor, desse modo, que o projeto francês de criar uma classe de negros “*évolués*” teria estabelecido fundações mais sólidas para o Estado pós-colonial. Na medida em que as relações políticas pré-coloniais fossem extirpadas com êxito, elas não poderiam constituir uma base de resistência à penetração do poder estatal.

É fato que alguns dos Estados do antigo Império Africano Francês — em particular, o Senegal e a Costa do Marfim, a oeste, e Camarões e Gabão, mais ao leste — têm sido relativamente estáveis. Mas isso não resultou, a meu ver, da erradicação da etnicidade. A maioria das colônias francesas optou por continuar ligada à França; e todas, com exceção da Guiné (que mal chega a ter um histórico de progresso estável), aceitaram graus variáveis de supervisão “neocolonial” pela metrópole. Nenhum golpe militar foi possível na Costa do Marfim, por exemplo, porque a defesa do aparelho de Estado está nas mãos de soldados franceses que ali têm sua base (podendo-se, ao mesmo tempo, trazer reforços aerotransportados de outros locais); no Gabão, com efeito, os franceses afastaram alguns militares que cometeram a temeridade de tentar tomar o poder através de um golpe. E, embora Daomé (depois, Benin) tenha tido a média de um golpe de Estado por ano em sua primeira década de independência, esses golpes fizeram o poder trocar de mãos dentro de um pequeno grupo, geralmente com o consentimento tácito do Quay d’Orsay. (O fato de, recentemente, os franceses se haverem desligado oficialmente desse compromisso levanta alguns problemas para vários Estados.) A França mantém a conversibilidade do franco CFA,\* usado em quase todas as ex-colônias francesas da África Ocidental e Central, o que restringe a autonomia dos Estados mas elimina o tipo de inflação maciça causada pela impressão de papel-moeda, como a que assistimos em Gana em meados dos anos 70, no governo do general Acheampong; isso também ajuda a manter a estabilidade política.

Mas, a verdade é que, apesar desses legados da diferença entre as abordagens britânica e francesa da política colonial e da política da descolonização, personalidades como Félix Houphouët-Boigny, líder da Costa do Marfim desde a independência, têm tido que praticar um complexo jogo de manutenção do equilíbrio etno-regional na gestão das forças que as mantêm no poder. A razão é

\* Ou “franco comunidade financeira africana”. (N. da T.)

simples: uma vez que, como sugeri, as etnicidades tanto podem ser novas como velhas, a simples eliminação das antigas instituições políticas — o sistema de chefia é basicamente cerimonial na Costa do Marfim — não acabou com o poder das comunidades culturais. (Essa idéia não há de surpreender os norte-americanos: os afro-americanos têm uma etnicidade politizada, sem nenhum sistema tradicional de governo.) O presidente Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, provém de uma cidadezinha da região baúle do sudeste do país (também a terra natal, como o leitor estará lembrado, de Lela Kouakou). Na era pré-colonial, os baúles eram um grupo relativamente descentralizado, falante de uma língua akan e unificado por complexas afiliações de comércio e casamento; por certo não formavam um grande reino, como seus vizinhos akans do Estado achanti mais a leste. Todavia, como o presidente é baúle, e uma vez que os migrantes para Abidjã, a capital, descobrem a importância das culturas que levam consigo modos de associação na vida urbana, ser baúle (e, igualmente importante, não ser baúle), numa capital em que o presidente é baúle, passa a ter um profundo significado. Além disso, o presidente, ao construir suas bases de apoio em regiões diferentes da sua, tem praticado uma política criteriosa de incluir representantes de todas as regiões do país em seu partido — o Parti Démocratique de la Côte d'Ivoire — e em seu ministério.

Nos Estados de língua portuguesa de Angola e Moçambique, que conquistaram a independência através de longas guerras coloniais em que a resistência foi dominada por marxistas, seu marxismo — não importa a que tenha equivalido — levou os Estados Unidos (muitas vezes agindo de comum acordo com a África do Sul) e a União Soviética (às vezes atuando através de Cuba) a porem em prática seus antagonismos mútuos à custa de vidas africanas. Em cada um desses países, uma grande preocupação para o governo central é uma oposição que, em grande parte, e ao menos em termos militares, é uma criação — senão a criatura — da África do Sul\* e dos Estados Unidos. Também neles, entretanto, as afiliações etno-regionais desempenharam um papel substancial na moldagem dessas guerras civis; a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita) — força de resistência ao governo de Angola apoiada pela África do Sul —, por exemplo, é mais forte entre alguns grupos étnicos do sul.

Em todas as suas circunstâncias extremamente variegadas, aqueles que procuram controlar as instituições do Estado africano têm que mobilizar o repertório padrão dos recursos do estadismo. Eles podem usar o simbolismo através do qual Nkrumah captou a atenção de tantos; podem oferecer recompensas materiais e as virtudes hobbesianas da segurança; e (quando o atrativo falha) podem usar o açoite.

\* O autor escreve em 1991, antes da posse do governo de Nelson Mandela. (N. da T.)

A deterioração da balança comercial, os choques do petróleo da década de 1970, as secas e uma boa dose de governos ruins — alguns negligentes, alguns bem intencionados, e muitos venalmente alheios ao bem comum — significaram que os Estados da África sub-saariana dispõem de poucos recursos com que comprar a lealdade e de poucas conquistas, desde a independência, com que conquistá-la numa moeda simbólica. Quanto à coerção, também esta exige recursos de vigilância e implementação. Até onde os Estados africanos continuaram capazes de oferecer atrativos e punições, isso se deu, em muitos casos, porque a comunidade internacional forneceu apoio financeiro e militar (reconhecidamente limitado) aos regimes, sobretudo porque só recentemente os governos nacionais e os doadores multilaterais procuraram ajudar os cidadãos dos Estados africanos, sem apoiar seus governos. Em decorrência das noções de legalidade internacional e da difundida aceitação (pelo menos em tese) da idéia de que as relações entre os Estados devem respeitar os princípios da não-interferência nos assuntos internos uns dos outros, as elites estatais da África têm conseguido resistir, em nome da legalidade, às tentativas de terceiros de manter suas mãos fora do pote da ajuda. Cada vez mais, entretanto, através dos mecanismos coordenados do FMI e do Banco Mundial, os chamados programas de “ajuste estrutural” têm forçado as elites a aceitar a redução de seu envolvimento na economia, como preço pelos recursos financeiros (e técnicos) do capital internacional.<sup>10</sup> O preço pago por esse escoramento do Estado é a franca admissão de seus limites: uma puxada das rédeas de seus recursos simbólicos, materiais e coercitivos.

Em vista do papel estatal na mediação entre os cidadãos dos diferentes países, há um papel evidente a ser desempenhado até mesmo pelos Estados enfraquecidos da África contemporânea, para facilitar a integração das economias africanas. Essa é uma meta supostamente visada por uma proliferação de organizações regionais: a Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (ECOWAS);\* a francófona Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO); a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC); e a Organização para a Valorização do Rio Senegal (OMVS). Essas e uma multiplicidade de outras organizações — sob a ampla proteção da Organização da Unidade Africana (OUA) — têm almejado metas grandiosas, como a livre mobilidade da mão-de-obra (ECOWAS) e a eliminação das barreiras comerciais (CEAO), e as têm perseguido, de modo geral, sem grande sucesso. (A SADCC propôs-se objeti-

\* As siglas indicadas nesse parágrafo correspondem, respectivamente, às iniciais de Economic Community of West African States (ECOWAS), Communauté Économique de L'Afrique de l'Ouest (CEAO), Southern African Development Coordination Conference (SADCC) e Organisation pour la Mise en Valeur du Fleuve Sénégal (OMVS). (N. da T.)

vos mais modestos e, modestamente, tem alcançado alguns deles, parcialmente unida, até agora, por sua inimizade comum pelo Estado do *apartheid* [África do Sul] e por sua dependência dela.)

Essas organizações internacionais demonstram o problema — que também vemos na Comunidade Européia e que os norte-americanos devem recordar de sua Guerra Civil — de que a integração dos países freqüentemente cria uma ameaça para suas elites.<sup>11</sup> De fato, longe de querer facilitar o comércio intra-regional, muitas elites estatais africanas têm dependido da existência de barreiras ao comércio e às finanças como um mecanismo para ganhar dinheiro, dando continuidade à longa tradição de governantes africanos que vivem dos impostos sobre o comércio. Um dos padrões mais bem-sucedidos de comércio no sudeste ganês, nos anos 70, foi o contrabando de cacau (ocasionalmente, a maior parte da safra da região leste!) para a república vizinha de Togo, mecanismo este que contornou a tentativa estatal de lucrar, ao mesmo tempo, com a diferença entre os preços que o governo oferecia aos cultivadores e os preços do mercado mundial, e com as taxas de câmbio artificiais e um controle do acesso às divisas estrangeiras. Inversamente, uma das mercadorias mais valorizadas de Gana em muitos períodos, desde a independência, foram as guias de importação, que, dadas as taxas de câmbio artificiais e a limitação das divisas externas, mais se assemelham, com freqüência, a licenças para imprimir dinheiro.

Que dizer da moeda hobbesiana da ordem? Em meados da década de 1970, quando o Estado ganês iniciou seu declínio vertiginoso, eu estava lecionando em Gana. Uma de minhas tarefas na universidade era ensinar filosofia política e, em particular, o *Leviatã*. Para um hobbesiano, suponho, o retraimento do Estado ganês, frente a sua incapacidade de levantar a receita necessária à execução de suas tarefas, deveria ter levado à tragédia. No entanto, apesar do grau em que o governo deixou de deter as rédeas da situação, a vida ganesa não se converteu numa guerra embrutecida de todos contra todos. A vida continuou. Não só as pessoas não “escapavam impunemente de seus crimes”, muito embora a polícia costumasse não estar em condições de fazer nada a esse respeito se elas os cometessem, como também fechavam negócios, compravam e vendiam produtos, possuíam residências, casavam-se e criavam seus filhos.

Se havia algo que se pudesse dizer sobre o papel dos servidores públicos (inclusive o exército e a polícia), era que, em geral, sua intervenção tinha tanta probabilidade de atrapalhar esses arranjos quanto de ajudá-los, tendia tanto a ser temida e vivenciada com ressentimento quanto a ser bem-vinda. Para muitos ganeses, em especial os do mundo culturalmente mais homogêneo dos trabalhadores rurais, um mundo em que uma língua — uma língua materna diferente do inglês, essa língua de nossos colonizadores e do governo que os sucedeu — era soberana, o importante era a regulação da vida através das nor-

mas, comuns e inteligíveis, nascidas das reações das culturas pré-coloniais a seu embate com o imperialismo europeu. As disputas nas áreas urbanas e rurais tendiam a terminar numa arbitragem entre os chefes das famílias, ou nos tribunais dos chefes e rainhas-mães “tradicionais”, em processos que as pessoas se sentiam capazes de compreender e, pelo menos até certo ponto, administrar; depois que os advogados, desembargadores e juízes do sistema judiciário colonial (e agora, com poucas mudanças, do pós-colonial) entraram em cena, a maioria das pessoas soube que o que viesse a acontecer tenderia a ultrapassar sua compreensão e controle.<sup>12</sup>

Nessas condições, uma defesa do Estado como provedor de segurança seria, justificadamente, motivo de galhofa. Somente em algumas situações extremas — dentre elas, Uganda, a partir das depredações de Idi Amin — é que as coisas atingiram um ponto de crise hobbesiana. Mesmo na Nigéria, onde o roubo urbano à mão armada e o banditismo das estradas tornaram-se inconvenientes aceitos, os cidadãos não tendem a encarar o Estado como uma solução, uma vez que, certos ou errados, eles parecem desconfiar que os governantes têm aliados (ou testas-de-ferro) através dos quais tiram proveito desses delitos contra a ordem.

Todavia, a despeito de todas as suas limitações, os Estados africanos persistem. Ao que me parece, em Gana e em diversos outros lugares o declínio se deteve. Não estou em condições de avaliar que parcela disso pode ser creditada às políticas de ajuste estrutural, cujos efeitos estritamente econômicos têm sido bem menos positivos do que afirmou o Banco Mundial algumas vezes. Mas, na tentativa de compreender o que aconteceu com o retorno do Estado em Gana, penso ser útil indicar o caminho pelo qual o governo tornou-se um facilitador, em vez de um dirigente, mobilizando e facultando compromissos de fidelidade sociais que são predominantemente autônomos. E é importante esclarecer que não estou falando apenas da mobilização de lealdades etno-regionais (ou “tribais”).

Para explicar o que pretendo dizer, é útil voltarmos a Koumassi.

Uma das organizações mais importantes da vida de meu avô foi a Sociedade Kotoko de Achanti, uma organização achanti moderna que se dedicava a várias atividades, muitas delas beneficentes. Igualmente importante, desconfio, era a loja maçônica de que ele era mestre (seu retrato, pendurado na casa de meus pais, mostra-o em seus trajes da maçonaria). Em toda a África do período colonial desenvolveram-se novas organizações, ora pautadas, como os maçons, em modelos europeus importados, ora baseadas em sociedades secretas, guildas e cultos tradicionais. Quando as pessoas se mudavam para as cidades, era comum formarem sociedades de sua terra natal (*associations des originaires*), como a União Progressista Umuofia de *O mal-estar*, de Chinua Achebe; e, entre as ou-

tras formas mais importantes de organização, havia muitas que se centravam em igrejas cristãs e mesquitas muçulmanas.<sup>13</sup>

Na década de 1970 e mais ainda na de 1980, ficou claro que algumas organizações de Koumassi, como a Igreja Metodista (à qual meu pai pertencia) e outras igrejas menores (como a de minha mãe), estavam-se tornando mais e mais centrais na organização do financiamento, construção, contratação de pessoal e aparelhamento das escolas; no apoio ao hospital municipal; e no trabalho, amiúde em combinação umas com as outras e com os líderes da comunidade muçulmana e do arcebispado católico, pela manutenção de orfanatos e asilos para doentes mentais e idosos sem famílias para tratá-los. (Aliás, quando parou de trabalhar na política estatal, em meados dos anos 80, foi para sua igreja e para a política institucional por ela adotada que meu pai, como muitos outros, voltou sua atenção.)

Não é que as igrejas e mesquitas não houvessem feito essas coisas antes: grande parte do melhor ensino secundário de Gana encontrava-se nas escolas eclesiais desde a época em que meu pai era menino, e os hospitais de missionários são um traço familiar da paisagem africana. Os muçulmanos são obrigados por dever religioso a sustentar os pobres. O que houve de significativo nessas mudanças, na última década e meia, é que elas implicaram um reconhecimento explícito de que essas organizações (e outros grupos, como o Rotary Club) estavam assumindo funções antes reservadas ao governo, e que o estavam fazendo em circunstâncias em que os servidores estatais tinham todo o interesse em contar com sua ajuda.

Mas não foram apenas as igrejas. Os chefes e anciãos organizaram a manutenção das rodovias “públicas”; organizações empresariais e outros grupos privados forneceram alimentos às escolas “estatais”; grupos de cidadãos compraram e importaram equipamentos médicos para os hospitais “do governo”. Ao lado de novas associações, estas baseadas na etnia, de organizações religiosas universalistas e de sociedades transplantadas, como os maçons, as instituições do sistema de chefia, em Achanti e em outros locais, também começaram a exercer cada vez mais o que antes eram funções do governo: por exemplo, a intermediação entre trabalhadores e empresários nas disputas industriais.

Donde se poderia dizer, genericamente falando, que a lealdade a causas diversas, cuja importância decorre da maneira como todas as várias formas de associação trazem benefícios econômicos, afetivos e simbólicos — benefícios que hoje costumam ultrapassar substancialmente os que antes estavam ao alcance do Estado — passou a ser usada para cumprir o que, em épocas anteriores, eram funções estatais; e o Estado concordou com isso. A importância do retraimento do Estado vai além dos pronunciamentos oficiais na capital; os burocratas locais dos municípios e vilarejos dependem cada vez mais de associações não estatais para exercer suas funções. A administração dos asilos de idosos

e orfanatos “governamentais” de Koumassi depende crucialmente do apoio “privado”, da cooperação dos chefes, empresários e líderes comunitários, para mobilizar e oferecer apoio.

Na medida em que o governo fornece alguma assistência técnica e exerce uma função de coordenação nesse processo, podemos dizer, como afirmei, que o Estado vem agora assumindo o papel, não de *dirigir*, mas de *facilitar* certas funções; e isso é sem dúvida bem-vindo, na medida em que aumenta o controle dos cidadãos sobre sua própria vida.<sup>14</sup> Como sugeri, sempre foi fato que, em grandes partes da África, o “tribalismo” — aquilo que, na Costa do Marfim, é meio jocosamente chamado de geopolítica: a política das regiões geográficas, a mobilização e administração do equilíbrio étnico —, longe de constituir um obstáculo ao governo, é o que possibilita qualquer forma de governo. E podemos encarar esse novo papel de facilitador — reconhecendo as associações da sociedade, em vez de tentar dominá-las, ignorá-las ou erradicá-las — como uma extensão desse padrão já estabelecido.

Embora tenha ocorrido em níveis diferentes e com efeitos diversos, a proliferação de organizações não governamentais constitui, se é que isso existe, um fenômeno universal da África pós-colonial. E é importante deixar claro que as associações etno-regionais e religiosas que venho examinando são apenas as primeiras dentre muitas. Os clubes esportivos, os grupos de mulheres negociantes, as organizações profissionais, os sindicatos e as cooperativas agrícolas, todos eles proporcionam as múltiplas recompensas da associação. Em muitas dessas organizações — quer se trate de um clube esportivo, um coral, uma *association des originaires*,<sup>15</sup> ou a Sociedade Kotoko de Achanti —, há um grau notável de formalismo: eleições, normas de conduta sumamente formais e uma preocupação considerável com a responsabilidade dos líderes — com aqueles que administram a vida cotidiana das organizações e, em particular, suas finanças; a preocupação com os estatutos e a conduta é um traço fundamental das igrejas de Gana e de outros locais. Embora a Igreja Católica estabeleça normas antidemocráticas para si mesma, ela não consegue deter o desenvolvimento de associações leigas — a proliferação do que poderíamos chamar de organizações para-eclesiásticas — em que ocorrem os mesmíssimos fenômenos. As “assistentes” femininas — sejam elas auxiliares da Igreja ou de organizações sindicais — permitem às mulheres, que em geral têm recebido um tratamento muito pior (e sido muito mais mal representadas) no Estado pós-colonial, ter acesso à prática de algo que se assemelha a uma participação democrática. E esse também é um fenômeno exclusivamente urbano. Os clubes, associações e cooperativas são abundantes no setor rural.

Esses organismos, bem como as experiências de organização autônoma e relativamente democrática que eles proporcionam, são, creio eu, de tremenda

importância para o desenvolvimento da vida pública na África, e pela mais simples das razões: eles dão às pessoas a oportunidade de exercer modos participativos de organização da vida comunitária, proporcionam uma experiência de autonomia. Como resultado, será cada vez mais difícil os Estados fracos manterem a legitimidade, sem oferecer tais formas de participação democrática. Em 1989 e 1990, houve tumultos na Costa do Marfim e no Quênia (dois dos Estados africanos mais estáveis e mais fortes em termos econômicos), plausivelmente ligados, em ambos os casos, a um sentimento de que o presidente, em particular, e a elite, em termos mais gerais, não atendem aos interesses do povo. Na Europa Oriental, vimos como a eliminação do exército como mecanismo de controle levou a uma resistência a Estados autoritários aparentemente bem-postados, providos de complexos aparelhos de segurança e até da aparência de um certo grau de legitimidade. Muitos Estados africanos não contam com nenhum destes fatores para se escorar.

A democracia, nesse contexto, não é uma simples questão de parlamentos e eleições — ainda que estes fossem bem acolhidos por alguns, embora nem sempre os mais ponderados, em todos os países da África —, mas implica o desenvolvimento de mecanismos pelos quais os governantes possam ser cerceados pelos governados. E, na África, sem esse pacto, os cidadãos têm poucas razões para aquiescer aos desejos (ou caprichos) daqueles que pleiteiam o governo. Paradoxalmente, ao que me parece, é o Estado que precisa de democracia, mais do que os cidadãos.

Mas, conquanto seja fácil observar a inadequação do modelo do Estado nacional frente às complexas instituições e compromissos de fidelidade mediante os quais a sociedade civil pode organizar-se, talvez seja cedo demais para nos pronunciarmos quanto ao desfecho disso. Claramente, para que o Estado venha algum dia a reverter a história recente e ampliar o papel que desempenha na vida de seus cidadãos, ele terá que aprender alguma coisa sobre a surpreendente persistência dessas afiliações “pré-modernas”, dessa trama cultural e política de relações pela qual nossa identidade é conferida.

Quando eu tinha cerca de oito anos, adoeci gravemente. Quase ao final de uns dois meses de cama no hospital local, a rainha inglesa, Elizabeth II fez sua primeira visita pós-independência a Gana. Ela, o marido e o presidente de Gana, o Osagyefo Dr. Kwame Nkrumah, chegaram a Koumassi e fizeram sua ronda pelo hospital, passando, nesse processo, por minha cama. A rainha, cujo domínio da conversa ligeira é proverbial, perguntou-me como eu estava, e eu, literalmente numa febre de excitação por encontrar num mesmo dia a rainha de minha mãe e o presidente de meu pai, resmunguei com presunção igual, porém talvez mais desculpável, que estava muito bem. Enquanto isso ocorria, o presidente, que recentemente mandara prender meu pai, ficou olhando para o

teto e batendo com o pé (tomando nota mentalmente, como depois se verificou, de mandar meu médico de volta para o que então ainda era a Rodésia). Depois da passagem dos dois, eu, contrariando as ordens de meu médico e para consternação das enfermeiras, fui até a janela e olhei para fora, a tempo de ter uma visão extraordinária: o duque de Edinburgo e o presidente de Gana, sem grande entusiasmo, tentavam arrancar uma antiga espada achanti do chão onde ela estava fincada. A espada, rezava a tradição, fora colocada ali por Okomfo Anokye, o grande sacerdote de Achanti que, com o primeiro grande rei, Osei Tutu, havia fundado o reino, dois séculos e meio antes. Não muito depois da independência, o "Hospital Central" da colônia, onde eu estava internado, fora redenominado Hospital Okomfo Anokye. A tradição também dizia que o grande sacerdote havia declarado que, com todas as palavras mágicas que proferira, se algum dia a espada fosse arrancada do chão, a nação achanti se fragmentaria nas múltiplas unidades a partir das quais ele e Osei Tutu a haviam formado.

Lá do alto da multidão de dignitários, pareceu-me que o puxão de Nkrumah na espada foi ainda mais desanimado que o do duque. Nenhum governante ganês poderia, nem mesmo a título de brincadeira, simular um ataque à unidade achanti, ali, no coração da terra. Hoje, muito depois de Nkrumah haver-se reunido a seus ancestrais, Achanti permanece, é claro; remodelada, talvez, mas estranhamente obstinada. A espada, disseram-me, desapareceu.<sup>16</sup>

Suleiman e Alice Jardine, em Harvard, em julho de 1989; na Associação de Estudos Africanos (sob os auspícios da Sociedade de Filosofia Africana da América do Norte), em novembro de 1989, onde a resposta de Jonathan Ngaté foi particularmente útil; e, como convidado de Ali Mazrui, no Centro Braudel da SUNY, Binghamton em maio de 1990. Como de praxe, eu gostaria de saber como incorporar uma quantidade maior das idéias dos debatedores nessas ocasiões.

### Capítulo 8

1. Provérbio akan. (Os provérbios são notoriamente difíceis de interpretar, e portanto, também de traduzir. Mas a idéia é a de que os Estados desmoronam por dentro, e o provérbio é usado para expressar o sentimento de que as pessoas sofrem em decorrência de suas próprias fraquezas. Meu pai jamais perdoaria o solecismo de tentar explicar um provérbio!)
2. Em *Politics and Society in Contemporary Africa*, p. 81, Naomi Chazan, Robert Mortimer, John Ravenhill e Donald Rotchild citam, com base na revista *Afriscopie* 7, n. 4 (1977), p. 24-25, uma cifra de 150 mil “pessoas profissionalmente qualificadas” na África sub-saariana.
3. Ver D. G. Austin, *Politics in Ghana 1946-1960*, p. 48.
4. A Etiópia, que nunca foi colônia, é um dos mais antigos Estados unificados do mundo; mas as fronteiras modernas da Etiópia incluem a Eritréia e Ogaden, ambos essencialmente concedidos ao império etíope por potências ocidentais.
5. Kwame Nkrumah, *Autobiography of Kwame Nkrumah*, p. 153-161.
6. *Politics and Government in African States 1960-1985*, de Peter Duignan e Robert H. Jackson (orgs.), p. 120-121.
7. Samir Amin, “Underdevelopment and Dependence in Black Africa: Origins and Contemporary Forms”.
8. Chazan et al., *Politics and Society in Contemporary Africa*, p. 41.
9. Twi é o nome genérico da língua falada (com algumas variações de acento e vocabulário) na maior parte do setor akan de Gana; a língua de Achanti é o twi-achanti.
10. Isso não equivale a ignorar o papel do SAP (Programa de Ajuste Estrutural) no estrangulamento dos movimentos trabalhistas, que, em alguns locais, constituíram um dos principais opositores societários ao Estado. O SAP tem desempenhado, como se pretendia, o papel de facilitar a vida do capital também de outras maneiras.
11. Na Grã-Bretanha, a oposição da sra. Thatcher à plena união monetária europeia e a uma moeda única, por exemplo — uma oposição que cumpriu um papel em sua saída do cargo de primeira-ministra —, esteve claramente ligada a um sentimento (extremamente ameaçador para quem quer que tivesse as simpatias da sra. Thatcher pelo monetarismo) de que isso reduziria as opções da política monetária nacional britânica.
12. A referência à “confiança essencial dos cidadãos de Gana e de outros locais no sistema judiciário estabelecido” — em Chazan et al., *Politics and Society in Contemporary Africa*, p. 59 — é um dos raros pontos em que sou obrigado a dizer que considero pouco convincente a análise desses autores.
13. Considerei muito útil a elaboração teórica desses padrões em Chazan et al., *Politics and Society in Contemporary Africa*, cap. 3, “Social Groupings”.
14. Não devemos, entretanto, desconhecer o papel das assimetrias do poder na periferia de Koumassi e em outros lugares da periferia do Estado, na estruturação de quem se beneficia com esses arranjos.
15. Uma *association des originaires* é uma associação de pessoas de origem comum.
16. Sou especialmente grato a Jeff Paine por sua ajuda na construção de uma visão anterior dessas colocações, publicada no *Wilson Quarterly*.